



Jornal do
Engenheiro

ENGENHEIROS DE SANTO ANDRÉ *conquistam* GANHOS SALARIAIS

Após mobilização e negociação com a Prefeitura, profissionais que atuam na administração municipal tiveram remuneração elevada para até R\$ 7.084,76.

Página 6



Movimento teve início em 2010. Na foto, audiência pública em 2011.

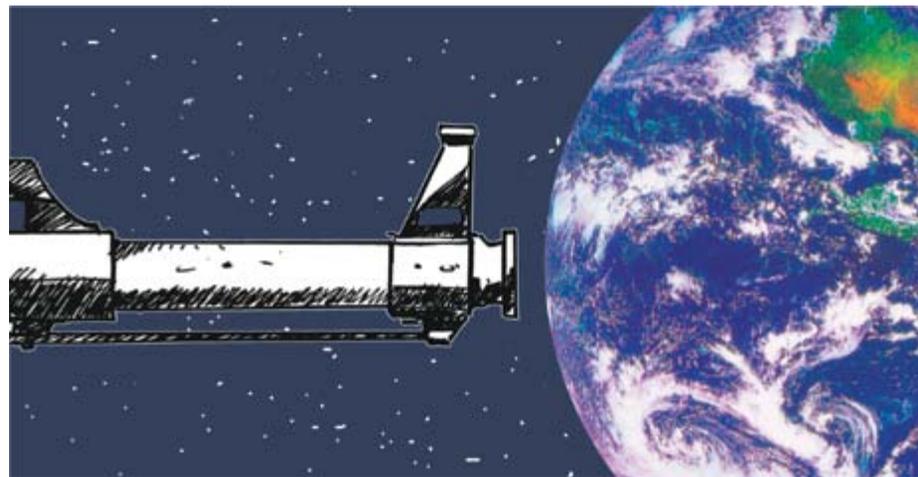


POR UM MUNDO DE PAZ E JUSTIÇA

O ATENTADO À REDAÇÃO da revista *Charlie Hebdo* em 7 de janeiro último, que tirou a vida de 12 pessoas, chocou o mundo e trouxe à pauta a luta contra o terrorismo. Na sequência, outras quatro pessoas morreram após serem tomadas como reféns em um mercado judaico e foi morta também uma policial francesa. Não há argumentos de tipo algum que possam justificar os atos cometidos e, no domingo, dia 11, cerca de 1,5 milhão de manifestantes, incluindo chefes de Estado, foram às ruas de Paris para afirmar esse repúdio à violência.

Contudo, essa não foi a única reação ao acontecido. Após o atentado à publicação satírica, seguiram-se inúmeros ataques a locais de culto muçulmano, inclusive com lançamento de granadas de exercício, conforme divulgado pela imprensa. É uma resposta inadmissível à violência praticada contra os cartunistas da *Charlie* e ao direito que tinham de manifestar suas opiniões, pois não se pode atribuir a responsabilidade pelas mortes a toda a comunidade islâmica e muito menos ao conjunto da população árabe. Mais que lamentar o ocorrido, é preciso que se tomem medidas concretas para se construir um mundo de paz. Isso certamente não será alcançado pela xenofobia, pelo racismo e pela intolerância, tristemente crescentes na Europa e estimulados por forças políticas de extrema direita.

É necessário mudar uma realidade global que faz vítimas em toda parte sob as mais diversas motivações e circunstâncias. Na mesma semana em que aconteceu a tragédia em Paris, o grupo extremista Boko Haram atacou a cidade de Baga, na Nigéria, deixando, conforme relatos, mais de 2 mil mortos, ou, segundo fontes ofi-



ciais, 150 vítimas fatais. O caso não teve a mesma repercussão midiática, pois, conforme afirmou Wonder Guchu, do jornal *The Namibian*, em editorial sobre o tema, “é solitário morrer na África”. Mas nem por isso deixa de merecer a mesma solidariedade. Ainda no continente, em 2014, o ebola fez milhares de vítimas. Se não se pode acusar o vírus de escolher seus alvos, certamente se pode apontar um cenário de pobreza e precariedade como o ideal para tal epidemia. Embora felizmente não haja terrorismo no Brasil, o País também não vive uma cultura de paz. Por exemplo, os números apurados pelo Mapa da Violência no Brasil mostram que em 2012 registraram-se

56.337 assassinatos no País, sendo quase metade das vítimas jovens e negros. Há ainda os altos índices de violência contra a mulher e os assustadores 50 mil feminicídios cometidos entre 2001 e 2011, como aponta levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Se a meta é perseguir a paz para todos, o caminho passa pela luta por justiça social, igualdade e solidariedade, num mundo em que cada vez mais impera a lógica fria do capital e do cada um por si. Na contramão dessa visão hegemônica, é urgente que haja distribuição da riqueza e dos recursos naturais. Os líderes europeus que marcharam em Paris contra o terrorismo têm, se quiserem, papel central nessa empreitada.

É necessário mudar uma realidade global que faz vítimas em toda parte sob as mais diversas motivações e circunstâncias.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 de janeiro a 15 de fevereiro de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



Mudanças nos abonos e pensões: erro duplo do governo

Antônio Augusto de Queiroz

A MUDANÇA NOS critérios de concessão de pensões, de abono e do seguro-desemprego está duplamente equivocada: no conteúdo e na forma. No primeiro caso, porque não se limita a corrigir distorções e desvios, o que seria recomendável, mas vai além e reduz direito. Em relação à pensão, embora pudesse haver mudanças que evitassem abusos, o modo como foi regulamentado é excessivamente restritivo, porque reduz drasticamente o valor e limita no tempo os proventos dos pensionistas, além de instituir carência para fazer jus ao benefício. Quanto ao seguro-desemprego, a carência também foi excessivamente ampliada. E no caso específico do abono, a Constituição, em seu artigo 239, parágrafo 3º, já define quem tem direito e em que bases, não cabendo a hipótese de proporcionalidade, conforme segue:

“§ 3º – Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.”

Além disso, no processo eleitoral, foi negada enfaticamente qualquer possibilidade de redução ou supressão de direitos. A presidente chegou a usar a expressão “nem que a vaca tussa”.

Quanto à forma, é flagrantemente inconstitucional o emprego de medida provisória para regulamentar a pensão. O artigo 246 da Constituição é claro ao vedar que matéria objeto de emenda à Constituição – no período situado entre 1º de janeiro de 1995 e 12 de setembro de 2001 (data da promulgação da EC 32), que é o caso da Emenda 20 da reforma da Previdência – possa ser regulamentada por medida provisória.

A Constituição não nega ao governo a prerrogativa de regulamentar ou mudar os critérios definidos em lei para a concessão de benefício previdenciário, mas terá que fazê-lo por projeto de lei, e não por medida provisória.



O governo pode e deve, sempre que houver desequilíbrio financeiro e atuarial dos benefícios previdenciários, mudar os critérios de concessão, mas respeitando o que pregou nas urnas e fazendo uso do instrumento legal adequado.

As medidas adotadas, combinadas com a entrevista ao jornal *Valor Econômico* do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, na qual defende a aprovação do projeto da terceirização, não são um bom sinal para os trabalhadores.

Antônio Augusto de Queiroz (Toninho) é jornalista, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

TODOS, TODOS!



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Ativos de iluminação pública em más condições

Rosângela Ribeiro Gil

OBRIGADOS A ASSUMIR a iluminação pública em condições adversas, neste início de 2015, os municípios têm se deparado com o abandono do serviço pelas distribuidoras de energia elétrica. A situação foi denunciada pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), no dia 5 de janeiro, em correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A carta, enviada ao diretor-geral do órgão, Romeu Donizete Rufino, explicita que as regras para a transferência de ativos de iluminação pública, estabelecidas pela Resolução Normativa 414/2010, não estão sendo cumpridas pelas concessionárias. Assim, a entidade solicita alguns procedimentos de modo a resguardar a continuidade do serviço com a devida qualidade. “A maioria das cidades não concretizou a transferência”, afirma Carlos Kirchner, diretor do SEESP, porque não foi firmado o termo de responsabilidade entre as partes. E adverte: “As distribuidoras deixaram de fazer os serviços de manutenção a partir de 1º de janeiro último.”

Essa tem sido a regra, prossegue ele, mesmo no caso de concessionárias que não cumpriram a sua parte, “que era a de providenciar os reparos e trocas de peças para que o parque de iluminação fosse entregue em ordem”. Elas não levaram a sério, segundo Kirchner, as recomendações da agência reguladora de fazer a transferência com o sistema em condições normais de funcionamento e atendendo às normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT). Consequentemente, o que se constata em vários municípios paulistas, que tomaram a iniciativa de realizar uma avaliação objetiva dos equipamentos e componentes do sistema, são falhas excessivas, tais como luminárias sujas, sem vedação para poeira, insetos e água, danificadas, amassadas, com refrator (vidro) quebrado ou sem.

O diretor do SEESP destaca que a resolução é clara ao exigir que as distribuidoras assinem um termo de responsabilidade declarando que os equipamentos se encontram em conformidade com as normas técnicas. Todavia, em todos os municípios que fizeram avaliação por meio de laudo técnico, essas concessionárias têm afirmado que farão os reparos necessários em data futura, ainda que desde 1º de janeiro deste ano não mais atendam aos pedidos de manutenção feitos pela população. “Trata-se de posição questionável e incoerente, pois se a distribuidora assume a existência de equipamentos em estado precário, não justifica entregá-los assim”, critica Kirchner. E exemplifica: “Ninguém compra e recebe um carro usado sob promessa de manutenção posterior.”

Para ele, a agência reguladora deveria ser mais rigorosa com as concessionárias que não cumpriram o “dever de casa” no tempo que dispunham para isso – até 31 de dezembro último –, repassando ao erário público municipal os problemas. “Na realidade, houve abandono do serviço a partir do início deste ano, não a transferência de ativos como deveria.”

Recomendações

Na visão de Kirchner, a Aneel precisa fazer valer suas próprias determinações, entre elas, não exigir a transferência de ativos enquanto a concessionária não cumprir com os procedimentos determinados. A FNE, no documento enviado à agência, solicita a observância de alguns aspectos condicionantes para a mudança. São eles: nos municípios em que a distribuidora não apresentou o termo de responsabilidade, a prestação dos serviços de manutenção deve continuar com a concessionária até a data

que vier a apresentá-lo e demonstrar que disponibilizou cópia à administração municipal; isso vale também nas cidades que apresentaram laudo técnico conclusivo, elaborado por profissional habilitado, demonstrando que as instalações estão precárias, enquanto o processo estiver em análise pela Aneel, que poderá fixar novos prazos para a distribuidora cumprir com suas obrigações; a mesma regra deve ser aplicada nos casos em que a concessionária não atendeu à solicitação de dados por parte das prefeituras.

Kirchner reforça que os municípios devem exigir da distribuidora e da agência cópia do termo de responsabilidade, que faz parte das regras regulatórias estabelecidas pela Resolução 414. Ao mesmo tempo, observa, para não serem consideradas omissas ou negligentes, as prefeituras devem ingressar com representação junto ao Ministério Público para que se investigue se o termo de responsabilidade contém ou não declaração falsa.

Transferência feita pelas distribuidoras aos municípios não obedeceu às regras, denuncia a FNE.

No quadro atual, o maior prejudicado, resalta ele, é a população. “Algumas distribuidoras precarizaram os serviços de manutenção e, hoje, dependendo da cidade, podemos ter mais ruas escuras, o que afeta, diretamente, a segurança pública”, lamenta.

Por meio de nota oficial de sua assessoria de imprensa, a Aneel afirma que “mantém o diálogo com os municípios e suas representações no sentido de esclarecer e apoiar o cumprimento da Resolução 414/2010, analisando caso a caso. Quanto às ações judiciais que tratam do tema, estas são acompanhadas pela agência, que acata as determinações da Justiça”.



Beatriz Arnuda

Em novembro último, engenheiros se reuniram com técnicos, prefeituras e Aneel para discutir os problemas da transferência de ativos de iluminação pública.

Engenheiros devem ampliar participação no Concidades

Soraya Misleh

PARA INFLUENCIAR efetivamente na implementação de políticas públicas que contribuam à melhor qualidade de vida nas cidades, a categoria precisa ampliar sua participação junto ao Conselho Nacional das Cidades (Concidades). Esse é o chamado feito por Alberto Pereira Luz, diretor do SEESP e representante da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) nesse fórum. Ele lembra que o conhecimento técnico e a visão integradora em relação aos desafios locais são inerentes à categoria, o que lhe possibilita contribuir sobremaneira às soluções necessárias ao desenvolvimento urbano.

As tarefas colocadas não são poucas, inclusive diante de um ministério (Cidades) que precisa ser fortalecido. Nesse quadro, o Concidades não tem sido secundário para dar respostas. Em tal espaço, deu-se a discussão e elaboração por exemplo dos planos nacionais de mobilidade urbana e saneamento, bem como dos estatutos da Cidade e da Metrópole – esse último publicado em 13 de janeiro no Diário Oficial da União e que estabelece diretrizes gerais ao planejamento, gestão e execução de “funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas”. Em seu discurso de posse, o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, que passa a presidi-lo, afirmou: “Quero aqui fazer um destaque especial para a participação dos movimentos sociais, que, através do diálogo, sugestões, reivindicações e críticas, nos ajudam a melhorar obras e projetos, a ampliar os recursos públicos e privados aplicados em moradias, saneamento, mobilidade, acessibilidade e segurança no trânsito. Essa atuação é indispensável. Participar, interagir, somar. O Conselho das Cidades – o Concidades –, de natureza consul-

tiva e deliberativa, vai seguir consolidando encontros continuados para estudar e propor diretrizes para a gestão da PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. São debates que respeitam as especificidades das entidades sociais e sindicais, organizações do setor produtivo, profissional, acadêmico, pesquisa, ONGs e órgãos governamentais.”

Como observa Pereira Luz, a implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) é uma das demandas a que o conselho tenha atuação mais efetiva, que tem sido posta à mesa desde sua criação em 2004 e ainda não saiu do papel. Considerando que 85% da população brasileira hoje vive em cidades e os desafios não são poucos, ter recursos para enfrentá-los é mister. “É importante que os engenheiros participem amplamente, através de seus sindicatos estaduais, da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a se realizar em 2016, e fortaleçam esse e outros pleitos fundamentais. As organizações têm que dar atenção especial a esse encontro, para que possamos influenciar nas políticas públicas ao desenvolvimento urbano sustentável”, continua. Já foi formado um grupo de trabalho para planejar essa conferência.

Incrementar representação

Pereira Luz defende ainda maior presença dos engenheiros no fórum deliberativo. “O Concidades é um espaço para acúmulo de ideias e propostas e precisamos nos fazer representar com mais qualidade e maior quantidade.” Não obstante conte com apenas um conselheiro, a federação procura hoje intervir em todos os comitês técnicos (habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana, bem como planejamento e gestão do solo urbano). Ao todo, são 86 titulares, sendo 49 de segmentos da sociedade civil (empresários, trabalhadores, organizações não governamentais, movimento popular, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa) e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal, além de 86 suplentes. Tal composição inclui ainda nove representantes de Executivos estaduais que possuem em sua jurisdição seus próprios conselhos das cidades.

Entre os temas a que deve se debruçar a gestão atual do Concidades – empossada em 2014 com mandato até 2016 –, está, segundo o representante da FNE, discutir a aplicação do Estatuto da Metrópole. “Um exemplo é o que ocorre na região do ABC, em que há problemas comuns à espera de solução conjunta. É preciso pensar o planejamento urbano de forma integrada na região metropolitana, e o conselho pode contribuir para tanto.” O tema tem sido pautado pela federação e sindicatos a ela filiados, como o SEESP, no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Outro ponto a ser colocado à mesa, na visão de Pereira Luz, é a discussão sobre os avanços e desafios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Urbanização de Assentamentos Precários. Segundo dados oficiais, até 2014, foram alocados R\$ 19,1 bilhões a esse segmento. Não obstante, ainda há um longo caminho a percorrer. São 18 milhões de domicílios urbanos irregulares, um déficit habitacional de 5,79 milhões de moradias (5 milhões delas em áreas urbanas), mais de 3 milhões de famílias vivendo em favelas e uma demanda futura estimada em 1,2 milhão de habitações/ano até 2023. O Concidades deve continuar a intervir para mudar esse cenário. Ainda tem discutido e quer influir na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos e Desenvolvimento Urbano Sustentável – a Habitat III, que acontecerá em 2016. E em breve terá publicados cadernos temáticos sobre temas diversos, como gestão do solo urbano.

Conselho deve ter papel central na solução dos graves problemas urbanos do País.



Moradias precárias e falta de saneamento estão entre os desafios a serem enfrentados nas cidades.



Engenheiros de Santo André têm salários reajustados em 2015

Deborah Moreira

Desde o dia 1º de janeiro deste ano, os 69 engenheiros e arquitetos da Prefeitura de Santo André, no ABC paulista, conquistaram reajustes. De acordo com a Lei 9.642/14, aprovada em novembro último pela Câmara Municipal, em 2015 os salários para profissionais da categoria “I” passaram de R\$ 3.756,40 para R\$ 4.479,59.

Já as categorias II e III foram reajustadas para R\$ 5.934,35 e R\$ 7.084,76, respectivamente. Os valores são para 40 horas semanais, com no mínimo três anos de experiência na Prefeitura, situação da totalidade dos profissionais hoje alocados nos órgãos municipais. A partir de 2016 haverá unificação. “Essa também era uma reivindicação nossa. A designação para os cargos I, II e III não segue um critério”, explica a engenheira Fátima Jollo, que integra a Comissão de Engenheiros, Arquitetos e Tecnólogos da Prefeitura de Santo André e Autarquias (Ceat), criada especialmente para fortalecer o movimento. No próximo ano somente existirá o cargo de engenheiro com salário de R\$ 7.084,76, também para quem tenha três anos de casa (com base na tabela atual).

Os novos valores são fruto da luta desses trabalhadores no município que, desde 2010, vêm se mobilizando pela valorização da profissão na região. Em 2012, os servidores, com o apoio da Delegacia Sindical do SEESP no Grande ABC, procuraram os candidatos à Prefeitura para que se comprometessem

com as reivindicações. A atual gestão de Carlos Grana (PT) acabou vencendo a disputa e, dois anos depois, reclassificou os cargos de arquitetos, engenheiros e tecnólogos da administração local, que, na prática, obtiveram aportes financeiros. A medida também vale para engenheiros agrônomos, de segurança no trabalho e sanitaristas.

De acordo com levantamento da Ceat, a baixa remuneração gerou uma grande evasão de engenheiros e arquitetos, servidores qualificados que possuem conhecimento a respeito da cidade. Além disso, cerca de 40% se aposentaram nos próximos três anos.

Luta

Uma comissão foi formada para fazer contato com a gestão atual logo em seu início, o que culminou em uma sequência de reuniões com secretários e vereadores, inclusive com a participação do SEESP. O movimento se estruturou e teve forte presença dos profissionais nas assembleias. Nas últimas, contaram com o apoio da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santo André (Aeasa). Assim, os servidores protagonizaram manifestações em solenidades e atos públicos, na Câmara e na região central da cidade, onde também fica o Paço Municipal, sempre de roupas pretas e capacetes brancos para melhor identificação do grupo.

Após intensa pressão dos engenheiros, arquitetos e técnicos, algumas secretarias em que se concentra grande parte dessa mão de obra, como a de Mobilidade Urbana, Obras e Serviços Públicos e a de Desenvolvimento Urbano e Habitação solicitaram ao prefeito um projeto de lei. “Realizamos uma reunião em setembro, com a presença do presidente do SEESP (Murilo Celso de Campos Pinheiro). Chegamos a um acordo com a administração para fazer a reclassificação em duas etapas, nos anos de 2015 e 2016”, explica a Ceat em nota. Em novembro último, o projeto foi encaminhado à Câmara e aprovado por unanimidade.

Os profissionais também estão alocados nas secretarias de Cultura e Turismo; Administração e Modernização; Saúde; Gestão e Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense; além das autarquias Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa); Santo André Transportes (SA Trans) e Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (Craisa).

SEESP participou da intensa mobilização que resultou na conquista.

O 1º vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP no Grande ABC, Sérgio Scuotto, ressalta que as conquistas obtidas foram graças ao esforço conjunto. Para ele, a mobilização foi uma demonstração da “união de forças”. “Essa tem sido a política de nossa delegacia com todas as associações e sindicatos das sete cidades que compõem a região”, completa.

Importância

O trabalho desses profissionais é estratégico para a cidade, seja na prestação de serviços internos e externos, seja na execução de obras. Dentre elas estão: construção de moradias de interesse social, manutenção da rede de drenagem, ampliação do sistema de abastecimento de água e captação de esgoto, limpeza pública, construção e manutenção de escolas, hospitais, postos de saúde e outros equipamentos públicos, manutenção das áreas verdes, do planejamento urbano do município, preservação do patrimônio cultural, além de expedição de alvarás de aprovação de edificações e de funcionamento de atividades, do uso do solo e do certificado de conclusão, planejamento e projeto de trânsito, realização de eventos e projetos que captam verba para vários setores do serviço público nos órgãos federais e estaduais.



Ceat/Divulgação

Assembleia dos engenheiros, arquitetos e tecnólogos da Prefeitura de Santo André.

Novidades

Estude na Uninove

Estão abertas as inscrições para os cursos de graduação presencial e a distância na Universidade Nove de Julho (Uninove) aos associados ao SEESP e seus dependentes. Os interessados devem solicitar declaração que comprove seu vínculo com o sindicato e entregá-la na Secretaria do *campus* da universidade para obter o benefício mensal até o

próximo dia 15 de março, mesmo os que já fizeram cadastro no último semestre. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2664 e no *site* www.uninove.br. Desconto mensal de 10% na graduação, no colégio e na docência (não é válido para os cursos de Odontologia e Medicina) e de 15% na pós-graduação (exceto no mestrado e doutorado).

Promoção de pilates

É o que oferece o Studio NG Pilates. Na modalidade aparelho, o preço é de R\$ 175,00, já com desconto de 50% na mensalidade. São duas aulas semanais, de 50 minutos cada, para no máximo três pessoas por sessão. Promoção Carnaval 2015 pelo preço único de um mês por R\$ 100,00. E mais: matricule-se em janeiro e ganhe um *peeling* de diamante ou uma massagem *lifting*. Rua Domingos de Morais, 770, bloco 3, sobrelaja, conjunto 4, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3867-1427, 94857-2190 e no *site* www.ngpilates.com.br.

Cursos e perícias judiciais em Santos

Ocorrerão de 3 a 6 de março, das 19h às 22h45, no Sindicato do Comércio Varejista da Baixada Santista (SP), na Avenida Ana Costa, 25, Vila Mathias. São oferecidos material didático, certificado de participação, suporte técnico grátis por seis meses e cadastro no *site* nacional de peritos. Inscrições e informações pelo telefone 0800-6003622, *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Desconto de 10% aos associados.

Convênios

EDUCAÇÃO

• **Microlins em Araçatuba** – Cursos de informática, AutoCAD 2D e 3D e mais de 40 profissionalizantes. Rua Floriano Peixoto, 614, Vila Mendonça. Informações pelo telefone (18) 2102-8634, *e-mail* microlinsaracatuba@hotmail.com e no *facebook* [microlinsaracatuba](https://www.facebook.com/microlinsaracatuba). Desconto de 10% sobre qualquer promoção.

LAZER

• **Cheque-teatro** – Com validade para 12 peças em cartaz. O ingresso do titular é gratuito e o dos acompanhantes tem desconto de até 50%. Mais informações

pelos telefones (11) 3113-2664, (11) 97221-9434, *e-mail* vanderlei@chequeteatro.com.br e no *site* www.chequeteatro.com.br.

SAÚDE

• **Psicanalista** – Marcos D'ório de Paula atende na Rua Major Freire, 190 (a 200m do metrô São Judas), na Capital. Informações pelo telefone (11) 99611-1310 e *e-mail* marcosdior@uol.com.br. Desconto de 50%.

TERAPIA COMPLEMENTAR

• **Simple e natural** – Drenagem linfática, massagens, reflexologia,

Acupuntura em Pinheiros

Especialista em dor, Carlos Alberto Kalil Neves coloca ao alcance dos associados tratamento com acupuntura, quiropraxia e terapias energéticas. Atende na Rua Alves Guimarães, 184/192, Pinheiros, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 2831-7797, 98198-8358 e 98887-3131 e *e-mail* nevescarlos56@hotmail.com. Desconto de 25% nos pagamentos a vista (só atende com hora marcada).

Serviços de cuidadora na Capital

Daniele Santana Dias trabalha com pacientes especiais, bebês, gestantes, crianças e idosos. Tem experiência com sondas gástrica, urológica e outras. Mais informações pelos telefones (11) 97625-4465, 94800-8055 e *e-mail* danidsantana@hotmail.com. Desconto de 20%.

Programa uma viagem

A Abetur Operadora de Turismo oferece aos associados passagens aéreas e pacotes nacionais e internacionais, hotéis, cruzeiros, locação de carros, *resorts*, passes de trem, pacotes rodoviários, passeios de um dia, intercâmbio e assessoria de viagens corporativas e em eventos. Os descontos vão de 4,5% a 11%. Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2.608, 2º andar, bloco B, Jardim Paulista, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3281-6144/6142 e no *site* www.abettur.com.br.

Instituto Monitor com educação a distância

Estão à disposição dos filiados cursos técnicos e profissionalizantes. Avenida Rangel Pestana 1.105, Brás, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3555-1000, *e-mail* convenios@institutomonitor.com.br e no *site* www.institutomonitor.com.br. Desconto de 20% sobre o valor total do curso.

florais de Bach, cromoterapia e outras técnicas com Sandra Costa Pires. Atende na Capital na Rua Vito Bovino, 188-A, Campo Grande, e na Rua Piassanguaba, 2.968, São Judas. Informações pelos telefones (11) 99178-6383, 95794-7776, *e-mail* simplesnatural@yahoo.com.br e no *site* www.simples-natural.blogspot.com. Desconto de 10%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Abertas inscrições para curso no Isitec

Até o dia 20 deste mês, podem ser feitas inscrições para participar do processo seletivo à graduação no Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) em <http://goo.gl/sMDHH6>. Criado em 2011 e credenciado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, esse recebe a primeira turma de Engenharia de Inovação, curso pioneiro no País, em 23 de fevereiro próximo. Os 60 ingressantes terão bolsa integral.

A instituição, que tem como entidade mantenedora o SEESP e conta com o apoio da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), surgiu a partir da necessidade de se formar profissionais aptos a empreender e buscar soluções para a indústria nacional, que precisa ganhar competitividade. Com esse norte, foi criada uma grade curricular para cinco anos em período integral, que somarão 4.620 horas. O Isitec fica na Rua Martiniano de Carvalho, 170, no bairro da Bela Vista, na Capital. Mais informações em www.isitec.org.br.

je
Jornal do Engenheiro



Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Instalado escritório da Fundacentro em Santos



Ministro Manoel Dias prestigia ato solene de instalação do escritório regional da Fundacentro.

Antiga reivindicação dos sindicatos dos trabalhadores da região, o retorno do Escritório de Representação da Baixada Santista da Fundação Jorge Duprat Figueiredo

de Segurança e Medicina do Trabalho (ERBS-Fundacentro) será concretizado. A sede ficará na Avenida Ana Costa, 21, Vila Mathias, em Santos. O ato solene de instalação

ocorreu no dia 18 de dezembro de 2014, com a presença da presidente da Fundacentro, Maria Amelia Souza Reis, dos diretores técnico, Robson Spinelli Gomes, e de administração e finanças, Paulo Cesar Vaz Guimarães, e do chefe da seção regional, Josué Amador, além do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, e de lideranças sindicais da Baixada Santista. O SEESP esteve representado pelo diretor de sua delegacia na região, Walter Berrettari Filho. O termo de cessão do imóvel para funcionamento da ERBS foi assinado em 27 de novembro. O processo de reforma, a se iniciar neste ano, marcará a inauguração oficial do escritório.

Palestra em Taubaté



Em 29 de janeiro, às 19h, acontece na cidade a palestra “Novas tecnologias para aeração, gradação, secagem de lodo e reúso de água”. Realização da Brasworld Engenharia em parceria com a Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté, ocorrerá na sede dessa entidade, na Rua Venezuela, 271, bairro Jardim das Nações. O tema será ministrado pelo engenheiro Marcelo Pohlmann, doutor em saneamento e ambiente pela Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no tema reúso de esgotos. Diretor técnico da Brasworld, ele atua desde 1996 na área de tratamento de esgotos, já tendo feito estudos de aeração para mais de 300 ETEs por lagoas de estabilização. Mais informações e inscrições pelo e-mail taubate@seesp.org.br ou telefone (12) 3633-5411.

Curta a CNTU e espalhe essa ideia nas redes

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), à qual a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) é filiada, lançou uma campanha nas redes sociais para ampliar sua atuação. Nas próximas semanas, diversas postagens serão divulgadas, com dirigentes da confederação e presidentes das entidades vinculadas, incluindo dos engenheiros. Acompanhe a mobilização no Facebook (<https://www.facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais>) e no Twitter (@cntu_sindical). O objetivo é aumentar a rede de profissionais conectados, que contribuem para o debate acerca do desenvolvimento do País.



EcoSP acontece em abril

Em sua sétima edição, o Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP) ocorrerá neste ano em 23 e 24 de abril, no Novotel São Paulo Center Norte, na Capital. Entre os temas, o meio ambiente e a engenharia de inovação; conceito de desperdício – uma nova leitura de sustentabilidade



na prática; alerta para inundação em São Paulo – prevenir e minimizar. Promovido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), o evento se converteu em importante fórum ao debate sobre desenvolvimento sustentável. Mais informações em www.ecosp.org.br.

Vagas, orientação, treinamentos



Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse <http://goo.gl/eX7Wpq>. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2670.